



# Bebeu água? Tá com sede? Apague a luz!

» VITOR LEAL e THIAGO ALMEIDA  
 Coordenadores da campanha de Clima e Energia do Greenpeace Brasil



Enquanto nossa matriz energética se basear em usinas térmicas e hidrelétricas, vamos viver o dilema entre ter água ou ter luz. A crise energética e a hídrica são duas margens do mesmo reservatório. Hoje não dependemos 97% de hidrelétricas para gerar eletricidade, como em 2001, quando enfrentamos o famoso apagão, mas ainda precisamos de muita água para acender as luzes do país. Naquela época, a escassez de chuvas e péssimos planejamento energético e gestão dos recursos hídricos obrigaram o Brasil a raciocinar o consumo emergencialmente e iniciar o que poderia ter sido uma guinada para a eficiência energética e a diversificação da matriz elétrica. Na prática, o que aconteceu foi um tanto diferente.

O legado do apagão foi um programa de eficiência energética, que mal passa de programa de etiquetagem, e uma matriz que escolheu as usinas térmicas para poupar os reservatórios e garantir o abastecimento em períodos de seca. Graças a essa mudança, atualmente, 66% da eletricidade vêm de hidrelétricas e 30% de termelétricas. O que parece ter passado despercebido é que as térmicas precisam de água para operar. Muita água.

Os números variam de acordo com o combustível utilizado, mas são todos superlativos: algo entre 500 e 2 mil litros de água são consumidos a cada megawatt-hora

gerado por termelétricas, o que dá para iluminar uma casa brasileira padrão por seis meses. Em 2013, geramos 172 mil MWh com usinas térmicas, ou uma vez e meia a eletricidade consumida por todas as residências do país. Derivamos daí um consumo de 151 bilhões de litros de água, o equivalente a um terço de toda a água disponível nos seis grandes reservatórios que abastecem a Grande São Paulo em 3 de março. É o suficiente para abastecer a capital de São Paulo por 96 dias.

Já passou da hora de priorizarmos: ou escolhemos a água para beber ou a eletricidade para ligar a geladeira. Água gelada, nem pensar. Precisamos investir em mudança de lógica, que use menos água e libere esse precioso líquido para outros usos mais nobres, como o consumo humano. E como podemos fazer isso? Num cenário tão extremo, nenhuma solução é simples, muito menos indolor. Mas o Brasil pode passar por essa crise voltando-se para a sua vocação natural: o sol e os ventos.

Tanto a energia solar fotovoltaica quanto a eólica tem baixíssimo consumo de água, além de serem complementares entre si e gerarem mais energia justamente no período de seca, quando os reservatórios precisam ser poupados. Melhor ainda: são as energias que podem ser entregues mais rápido, com tempo de construção das usinas entre 6 e 18 meses.

Assim como é preciso diversificar as formas de gerar eletricidade, também é

necessário olhar para além da oferta e cuidar da demanda de energia: o lado do consumidor. Isso significa investir seriamente em programas de eficiência energética, racionalizando o uso da energia na ponta e reduzindo a pressão sobre o sistema elétrico; estimular a geração distribuída de energia nos telhados de casas e indústrias, com painéis fotovoltaicos que produzem mais eletricidade justamente nos períodos de pico de consumo no início da tarde; e em aquecedores solares para reduzir nossa dependência dos chuveiros elétricos.

Para se ter uma ideia, segundo a Abrava (Associação Brasileira de Refrigeração, Ar condicionado, Ventilação e Aquecimento), o calor gerado em 2013 pelos aquecedores solares instalados no Brasil equivaleu à geração de 6.363 GWh, eletricidade suficiente para 3,3 milhões de domicílios. A cidade de São Paulo, como referência, possui cerca de 3,6 milhões de residências.

O modelo de planejamento energético, baseado em grandes hidrelétricas complementadas por térmicas, está falido. O ministro Eduardo Braga, de Minas e Energia, admite que a modernização do setor é urgente. Dadas as crises que vivemos, temos a oportunidade de inverter a lógica e diversificar a matriz elétrica para uma menos poluente, sem combustíveis fósseis e com menos consumo de água, com soluções provadas e comprovadas, usando o sol e os ventos — estes sim, recursos renováveis e ilimitados.

## Comemorar e conscientizar

» SOLANGE JUREMA  
 Ex-ministra da Secretaria Nacional de Políticas Públicas para Mulheres

A cada 8 de março o mundo inteiro dedica a data para comemorar o Dia Internacional da Mulher, formalizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1975. O intuito é de que toda a humanidade reflita sobre a condição feminina nos diferentes povos, nos países, nas crenças e na realidade política, econômica, cultural e social em que vivem 3,5 bilhões de mulheres, quase a metade da população mundial.

E se a cada ano assistimos aos pequenos avanços, infelizmente, constatamos a manutenção de muitos atrasos, como atestam relatórios mundiais da ONU e divulgados no começo do ano. Segundo dados do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), não há nenhum país em que as mulheres são iguais aos homens no poder político ou econômico. Reitero: nenhum.

A situação piora nas comunidades mais carentes, onde a morte materna, o casamento precoce e arbitrário e o status da mulher na sociedade têm indicadores bem distintos das economias avançadas. Ainda segundo a ONU e o UNFPA, uma em cada três mulheres já sofreu algum abuso físico ou sexual e uma em cada três meninas em países subdesenvolvidos é obrigada a se casar antes de completar 18 anos.

No Brasil, o quadro não é distinto. Aqui, a cada duas horas, uma mulher é morta de maneira violenta. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estima que no período 2001/2011 ocorreram mais de 50 mil feminicídios — cerca de 5 mil mortes por ano. Com 4,6 assassinatos por 100 mil mulheres, o Brasil ocupa a sétima posição

mundial de assassinatos de mulheres, segundo o Mapa da Violência 2012 (Cebela/Flacso), entre 84 nações. Uma vergonha para o nosso país.

O Mapa da Violência nos fornece outro dado estarrecedor da realidade da condição feminina: em 42,5% dos casos, o agressor é o parceiro ou o ex-parceiro da mulher. E na faixa entre os 20 e os 49 anos, esse percentual salta para 65%. O terror vivido pela mulher brasileira apresenta agravante ainda mais perverso: em 71,8% dos atendimentos registrados, a violência aconteceu na residência da vítima, e 41% das mortes femininas foram dentro de casa, a maioria delas na presença de familiares. Então, alguém pode se perguntar: o que as mulheres podem comemorar?

A própria ONU tem dados que nos estimulam a comemorar e a continuar o trabalho de conscientização da condição feminina no mundo e no Brasil. Nos 20 últimos anos, a mortalidade materna foi reduzida à metade. Episódios como o da atriz Patricia Arquette, na entrega do Oscar deste ano, em que pediu igualdade salarial para as norte-americanas, estimulam e reforçam a ideia de que devemos aproveitar todas as oportunidades, todos os momentos, para lutar contra as mais variadas discriminações que a mulher sofre em todos os quadrantes do mundo.

No Brasil, também temos o que comemorar. No decorrer da semana passada, a Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que aumenta a pena para quem matar mulheres por razões de gênero, tipificado como feminicídio e com penas mais severas,

além de torná-lo hediondo. O texto também prevê pena maior (de 12 a 30 anos) para mortes decorrentes de violência doméstica e para os casos em que a mulher é assassinada estando grávida, menor de 14 ou maior de 60 anos.

O projeto — resultado do trabalho da CP-MI que apurou a violência contra a mulher no Brasil — foi encaminhado para a Presidência da República para ser sancionado e mudar a legislação penal brasileira para atender melhor a condição feminina. A criação dessa tipificação penal atende aos novos padrões de proteção dos direitos da pessoa humana, como consagrados pela jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Caso Campo Algodonero, sobre o feminicídio de centenas de mulheres em Ciudad Juarez, México) e tratados internacionais de direitos humanos (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher — Convenção de Belém do Pará, 1994).

Outra boa notícia veio do Ipea, sobre a efetividade da Lei Maria da Penha. Estudo da instituição indica que a lei fez diminuir em cerca de 10% a taxa de homicídio contra as mulheres dentro das residências. Um avanço relevante e importante. Portanto, há sim o que comemorar no 8 de março. Afinal, e nunca é repetitivo lembrar, as brasileiras são a maioria da população e do eleitorado, respondem sozinhas por 40% dos lares brasileiros e existe um universo a ser conquistado. Vamos, sim, comemorar a data com mais certeza e convicção de que somente a conscientização de todos levará à efetiva igualdade de direitos entre mulheres e homens.



**ARI CUNHA**

DESDE 1960

**VISTO, LIDO E OUVIDO**

aricunha@dabr.com.br  
 com Circe Cunha // circecunha.dfg@dabr.com.br

## Caldeirão da presidente

Alguns eventos, pelo significado simbólico e oportuno, têm a capacidade de ampliar e irradiar efeitos muito além dos limites previstos, reverberando e percutindo, no coletivo, as angústias e frustrações de cada indivíduo isoladamente. O fenômeno do panelaço, ocorrido durante o discurso da presidente Dilma, foi assim.

Catalisado, na essência, pelos acontecimentos atuais, o bater nas panelas soou como primitivo toque de reunir em contraste com o chamamento tecnológico e virtual da internet. Para alguns analistas do momento, o rufar dos tambores pode ser o prenúncio do que está por vir. Por isso, não adianta o governo repetir o mantra, também usado na Venezuela, de que a oposição ensaia um golpe na forma de terceiro turno.

O conhecido conformismo e o comodismo do cidadão brasileiro só podem ser abalados por razões comprovadamente extraordinárias como no momento presente. A história mundial tem demonstrado, com fartos exemplos, a enorme capacidade e o talento dos governos socialistas de desorganizar as finanças públicas. A experiência vivida pelo governo inglês, nos anos 1980, mostrou que não há dinheiro público, o que existe, de concreto, é o dinheiro do pagador de impostos. No nosso caso, não foi diferente. Findo esses recursos, pelo esgotamento do modelo, cessaram também as benesses ideológicas e o sistema entrou em entropia acelerada.

Portanto, pouco importa saber agora se os percussionistas são da classe média urbana ou não. O difícil, neste instante, é saber o que mais incomoda o cidadão, se a crise econômica aguda ou a corrupção generalizada que devasta o Estado. De qualquer forma, a junção desses dois flagelos tem o poder de potencializar e açular as massas. Falar em manipulação das massas pela oposição é desconhecer e menosprezar a patientia mostra.

### »» A frase que não foi pronunciada

Dizia o panelaço:  
 “Cumpram a Constituição!”

### Memória

» Foi em 14 de dezembro do ano passado que o ex-gerente da Petrobras, Pedro Barusco relatou a troca de crédito de propina com o tesoureiro. Ficou o compromisso de devolver 97 milhões de dólares em contas no exterior e os 6 milhões de dólares em contas no Brasil. Ele reconheceu a origem ilícita do dinheiro.

### Sociedade

» Pior disso tudo é a convivência dos bancos brasileiros. Mesmo sabendo que as transferências eram suspeitas, nada fizeram, atestou Barusco.

### Descontrole

» Se o Ministério do Trabalho deixar como está, o mercado brasileiro vai sofrer. Mais de 51 mil estrangeiros já estão empregados no país. Em tempos de inflação e demissões, o brasileiro perde espaço.

### Mais

» Por falar nisso, empresa das Filipinas está exportando empregadas domésticas.

A preocupação com o futuro do país abre espaço para a esperança das jovens que fogem da crise naquele país.

### Marketing

» Parece que o momento é propício para o anúncio do Tesouro Nacional sobre uma série de mudanças que facilitarão o acesso a investimentos para pessoas físicas. Mesmo com a credibilidade em baixa, as expectativas são boas.

### Realidade

» Ainda no campo da economia, a demanda dos consumidores por crédito está diminuindo. Em fevereiro, a queda foi de mais de 10%, segundo a Serasa Experian.

### Rua

» Desespero total com a criação da central de compras do governo. Carlos Vieira, da Abav, reclama que não houve planejamento, consulta nem discussões sobre o assunto. “São mais de 630 contratos e R\$ 100 milhões que vão ser jogados para uma empresa só”, resume o presidente da associação.

### »» História de Brasília

A firma francesa encarregada da iluminação da Praça dos Três Poderes já entregou parte do material, não recebeu dinheiro, e está dependendo da importação do restante, que tem atrasado a inauguração da iluminação planejada. (Publicado em 9/8/1961)